



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, composta de onze membros titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

## ATA DA 7ª REUNIÃO DE 2009

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião de 2009, realizada em 08 de setembro de 2009, às quatorze horas e trinta e oito minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, com a presença dos (as) Senadores (as): **Antonio Carlos Júnior (DEM)**, **Álvaro Dias (PSDB)**, **Marcelo Crivella (PRB)**, **João Pedro (PT)**, **Romero Jucá (PMDB)**, **Jefferson Praia (PDT)**, **Inácio Arruda (PC do B)**, e **Delcídio Amaral (PT)**.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Havendo número regimental, declaro aberta a nossa 7ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, para tratarmos do Requerimento 569, de 2009, do Senador Alvaro Dias, que está aqui desde o início do horário estabelecido.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião da nossa Comissão. Os Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Pela ordem, Presidente. Para comunicar a V. Exa. e o Sr. Relator que estou encaminhando Requerimento, com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, para que os requerimentos rejeitados em bloco, na Reunião da Comissão do dia 18 de agosto, fossem individualmente colocados para discussão e votação, na forma do Regimento.

E requeiro também que o relator possa justificar a rejeição desses requerimentos, no momento adequado. Nós estamos apresentando aqui todos os dispositivos regimentais que nos autorizam a requerer a votação individual.

O art. 242, por exemplo, "*O projeto ou requerimento de autoria individual de Senador, salvo requerimento de licença e de autorização para o desempenho de missão, só será lido quando presente seu autor.*"

O art. 275, "*Encerra-se a discussão: pela ausência de oradores; por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador, quando já houverem falado, pelo menos, três Senadores a favor e três contra.*"

O art. 276, "*As proposições com pareceres favoráveis poderão ter a discussão dispensada por deliberação do Plenário, mediante requerimento de líder*", quando for parecer favorável. Não é o caso.

Art. 310, parágrafo único: "*O encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar.*"

Nulidade de qualquer decisão que contrarie norma regimental. Portanto, Sr. Presidente, estou invocando a nulidade dessa decisão com base no art. 412, do Regimento Interno, já que houve desrespeito quando desta deliberação de arquivamento em bloco.

Faço referência também à preservação dos "*direitos de minoria*" e faço referência também à "*decisão colegiada, ressalvadas as competências específicas, estabelecidas no Regimento*", "*pauta de decisões feita com antecedência que possibilite a todos os Senadores seu devido conhecimento.*"

E... Eu resumi apenas o teor do Requerimento para justificar a apresentação dele e, certamente, na próxima Reunião, a Mesa estará deliberando sobre essa solicitação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Eu vou...  
Eu vou...

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Sr. Presidente, apenas para contraditar, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Eu vou...  
Eu estou com o Requerimento de V. Exa. sobre a Mesa, e eu vou permitir...  
Eu vou dar a palavra ao nosso relator para contraditar e decido sobre o encaminhamento.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Sr. Presidente, eu quero apenas registrar que o Senador Alvaro Dias está tratando de matéria já preclusa, já votada, já apreciada por essa Comissão.

Quando nós fomos votar os requerimentos em globo, eu fiz uma proposição. O Regimento diz que os requerimentos devem ser votados individualmente. Mas nada impede que essa votação seja feita em globo se for decisão da maioria do plenário. Eu propus a decisão ao Plenário, que se votasse em globo, nós votamos em globo, eu dei parecer contrário, tanto que nós fizemos três votações exatamente os que estavam prejudicados, que tinham parecer favoráveis e os que tinham parecer contrário. E essa matéria, portanto, é uma matéria vencida.

O Senador Alvaro Dias, inclusive, registra que em determinada votação ele não estaria presente. Se ele não estivesse presente, o Requerimento, em



**INQUÉRITO**

vez de ser votado, como foi, talvez pudesse ser prejudicado, o que ensejaria também o arquivamento.

Portanto, de qualquer forma é uma matéria vencida; meu parecer foi votado, nós já arquivamos os requerimentos em questão, portanto acho que isso é uma matéria que não cabe mais nem apreciação da Comissão.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Para contraditar, Presidente.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** O Senador Romero Jucá, é claro que com muita astúcia, confere ao Regimento a interpretação que lhe convém. Mas, na realidade, o Regimento diz algo totalmente diferente daquilo que pretende o Senador Romero Jucá.

É matéria vencida, seria matéria vencida, se não existissem dispositivos regimentais que possibilitassem o Requerimento que estou formulando.

E o Requerimento está respaldado em vários dispositivos do nosso Regimento Interno do Senado Federal. É por isso que proponho à Mesa. É evidente que, com minoria, e minoria destacada aqui, uma minoria acachapante, como diria no linguajar futebolístico, a maioria do Governo aqui é acachapante, é evidente que nós vamos ser derrotados a cada passo, e certamente seremos derrotados em relação a esse Requerimento.

Mas ele é apresentado com o objetivo de alcançar o resultado imediato, se houver sensibilidade da Mesa, e se não houver, evidentemente, nos dá respaldo para outras providências que pretendemos adotar em relação aos temas excluídos da investigação.

Não é... Não é novidade para ninguém, porque já divulgamos à imprensa que pretendemos formular representações ao Ministério Público de cada denúncia não investigada pela CPI.

Então, nós esgotamos todos os recursos de que dispomos regimentalmente para evitar a formulação de uma representação antecipada. No entanto, se nós formos frustrados nesse nosso objetivo, é claro que teremos que adotar esse procedimento.

E apenas comunico à Mesa, por consideração, Senador João Pedro, que preside essa Comissão e que tem adotado um comportamento de respeito àqueles que aqui comparecem.

É uma manifestação de respeito a V. Exa. que me faz anunciar uma estratégia que não necessitaria ser anunciada. E o faço não com o objetivo de convencê-lo a aceitar o nosso Requerimento, porque sei que o relator é

intransigente em relação à postura adotada até aqui. Mas, de qualquer maneira, em respeito a V. Exa., faço essas considerações e mantenho o meu Requerimento para que possa sobre ele deliberar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Eu devo dizer a V. Exa. que não vou decidir... Não respondo ainda, eu vou deixar sobrestado, vamos dialogar acerca do Requerimento.

Nós vamos... Eu solicito à nossa Secretaria para trazer até a Mesa e compor a Mesa da oitiva de hoje o Sr. Mário Sérgio Pini, que é Diretor de Relações Institucionais da Pini Serviços de Engenharia, e o Sr. Luiz Raymundo Freire de Carvalho, Consultor da Pini Serviços de Engenharia.

Senador Antônio Carlos Júnior.

Nós vamos passar a palavra para o Sr. Mário Sérgio Pini, que é Diretor de Relações Institucionais. V. Exa. tem 20 minutos iniciais, pode ser prorrogável. E em seguida a palavra vai... Estará com o nosso relator, Senador Romero Jucá.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Eu queria, em nome do Presidente dessa sessão, Senador João Pedro, do Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella, e do relator, Senador Romero Jucá, cumprimentar a todos os Srs. Parlamentares aqui presentes, senhoras, senhores, profissionais de imprensa, esperando que essa sessão possa ser bastante esclarecedora a todos.

O nosso primeiro *slide*, ele é... Ele é bastante importante, a meu ver, porque caracteriza o trabalho para o qual nós fomos convidados, o estudo que nós fomos convidados a realizar para a PETROBRAS, que foi ter foco numa estimativa de preço de mercado na origem para as obras de terraplanagem da Usina Abreu e Lima.

Então, a primeira questão é estimativa de preço de mercado, a segunda questão é na origem, a terceira questão é exclusivamente para as obras de terraplanagem da Usina, da Refinaria, desculpe.

Nós empregamos uma metodologia bastante conhecida, que nós estamos buscando sistematizá-la ao longo desses últimos anos, denominada *metodologia da formação do preço por modelagem*, que, no nosso entender, é a metodologia mais adequada para a estimativa de preços de obras não convencionais, como é o caso da obra de terraplanagem da Refinaria Abreu e Lima.

Eu sou o responsável técnico pelo trabalho, e aqueles profissionais ali relacionados são... Assumem outras responsabilidades dentro do trabalho, além da equipe normal de profissionais da Pini.

O próximo *slide*, por favor. Próximo.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

## INQUÉRITO

Senhores, a Pini é uma empresa de 61 anos. A Pini é uma empresa de 61 anos, foi fundada em 48, pelo meu avô e seu dois filhos mais velhos, e por conta dessa extensa atividade relacionada à prestação de serviço ao setor da construção civil, ela tem uma imagem diferenciada no mercado, e ela se... Nós poderíamos defini-la como uma empresa cujas atividades são de referência para o mercado da construção civil brasileira.

As atividades principais da Pini são difusão de informação e de conhecimento através de revistas. Nós publicamos a revista *Construção* desde 1948, ela foi semanal até dois mil e... até o ano 2000, e depois passou a ser mensal.

Então, é uma revista que tem 61 anos de presença no mercado. Livros, nós editamos já mais de 200 livros, de mais de 100 autores brasileiros, de todas as áreas tecnológicas, áreas de gestão, áreas de pesquisa que envolvem o setor da construção.

Realizamos eventos, cursos e palestras e assim se compõem a difusão de informação e conhecimento da Pini.

Realizamos também pesquisas de mercado, pesquisando preços de insumo, consumo de materiais, produtividade da mão-de-obra, produção de equipamentos, índices de custos e parâmetros para equipamentos.

Cabe destacar um dos livros que nós editamos, que é um livro para... É um livro de referência para orçamento, que é o TCPO, ele teve sua primeira edição em 1955 e tem edições ininterruptas até hoje, procurando atualizar o setor com informações sobre produtividade da mão-de-obra, produção de equipamentos e consumo de materiais. Esse livro é referência, inclusive, para estudantes de engenharia, de arquitetura de todo o Brasil.

Temos também sistemas de apoio, através de *softwares* e plataformas de tecnologia de informação, para simplificar, para contribuir com o trabalho de engenheiros, arquitetos e empresários do setor.

E, finalmente, a geração de conhecimento através da Pini Serviços de Engenharia. Ou seja, nós temos duas áreas fundamentais, uma área denominada custo-tempo, onde nós atualizamos preços e serviços de muitos órgãos públicos, de muitas empresas privadas, e temos também área de gestão de contratos, onde se insere a nossa atividade, onde se insere a nossa atividade para esse estudo da PETROBRAS.

Para esse estudo nós vimos coligindo informações, sistematizando informações a respeito da teoria da *formação do preço pelo método da modelagem*, e temos aplicado em alguns pareceres e, fundamentalmente, neste

da própria PETROBRAS.

Esse arco de prestação de serviços, de difusão de informação e de conhecimento... E de geração de conhecimento, só tem sido possível graças ao relacionamento que nós mantemos com os autores, com os profissionais empresários e entidades do setor, com Governo e instituições, com a indústria da construção civil, a indústria de materiais e equipamentos da construção civil, com a universidade brasileira e com instituições de pesquisas tecnológicas.

Para que os senhores tenham uma ideia, em 1992, nós lançamos uma revista de difusão de tecnologia que conta até hoje com o apoio do IPT, com a divisão de edificações do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.

Em mil e novecentos... Desculpe, em 2004, lançamos a revista *Equipe de Obra*, que visa preparar quadros de capacitação média, desde mestres, técnicos e... Enfim, e pequenos empresários da construção, com as técnicas vigentes no mercado.

E para essa revista, a *Equipe de Obra*, nós contamos com o apoio do SENAI e SESI. Temos a revista de arquitetura, *Arquitetura e Urbanismo*, desde 1992, e como eu comentei com os senhores, desde 48 a revista de preços, a *Construção Mercado* e o *Guia da Construção*.

Eu, durante essa nossa sessão, eu, terei oportunidade de apresentar para os senhores os exemplares dessas publicações.

Então, há 60 anos, nós temos sido reconhecidos por profissionais, por instituições do Governo, entidades profissionais e empresariais, pela própria universidade, para que os senhores tenham uma ideia, as duas últimas edições do nosso livro de orçamentos contou com o apoio da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, no sentido de apresentar produtividades variáveis da mão-de-obra para serviços de construção, o que é um fato inédito.

Então, desde 2006 que nós temos apresentado, no próprio livro, nosso livro, variação da mão-de-obra face a impactos que ocasionam variação nessa produtividade.

O próximo *slide*, por favor.

Nossos principais clientes, da Pini Serviços de Engenharia, são bancos, são empresas construtoras, são órgãos do Governo, principalmente do Estado de São Paulo, da Prefeitura de São Paulo, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, empresas particulares. Enfim, temos uma história toda de prestação de serviços ao setor e daí o nome Pini ser um nome bastante reconhecido por todos aqueles que atuam e tem interesse no desenvolvimento da construção civil.



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE  
INQUÉRITO

E por falar nisso, para a Pini interessa um setor desenvolvido. Um setor da construção civil apto, capaz, capaz de competir tanto aqui dentro do país como fora do país, sempre que possível, amparado ou... Contando com o apoio da Pini através das suas várias atividades.

Eu gostaria, se fosse possível, de passar a palavra ao meu colega Luiz Freire de Carvalho, que complementaria a nossa apresentação.

**SR. LUIZ RAYMUNDO FREIRE DE CARVALHO:** E o próximo *slide*. O próximo *slide*. Perfeito.

Bom, a essência da obra... Perdão. Sr. Senador, Presidente da Mesa, Sr. Relator, senhores aqui presentes, demais autoridades, senhores jornalistas, quero cumprimentá-los em meu nome e em nome da Pini.

A essência da obra representa os recursos técnicos dos serviços. Contém os consumos de materiais, a produtividade da mão-de-obra, a produção de equipamentos. As contingências mínimas e máximas são os impactos sobre essa produção. Produtividade e consumo.

A caracterização das obras convencionais simples e repetitivas, limitadas e de tecnologias correntes e a caracterização de obras não convencionais que são complexas, com magnitude de tecnologias inovadoras, se faz por meio de análises quando apresentam a mesma tipologia.

Então, dessa forma, como poderíamos traduzir isso em custos?

Próximo *slide*, por favor.

Aqui apresentamos graficamente as diferenças das metodologias. O estudo da matriz de custo demonstrando a relação integrada de insumos e recursos. Então, essa apresentação mostra perfeitamente o que é uma diferença de dimensionamento em relação ao dimensionamento feito por composições de custo.

Quando eu faço a análise de uma obra integrada, eu estou interrelacionando todos os serviços, eu estou analisando ela de forma como um todo. Todos os serviços são... Que são dependentes, precedentes, eles estão considerados nessa integração.

Na apropriação de custo, ou seja, as composições de custo, as tabelas de custo padrão tipo TCPO, elas apenas analisam o modelo reduzido. E esses serviços não representam a totalidade da obra como um todo. É como se eu somasse pequenas modelagens que não vão me representar a obra como um todo. Então, parte daí a grande diferença entre uma análise e outra.

No caso da obra, da terraplanagem da Refinaria Abreu e Lima, a nossa

metodologia foi exatamente a modelagem da obra, que parte desse princípio de ver a obra como um todo e assim integrá-la, analisando item por item da relação de insumos e recursos aplicados, está certo, em relação a outra metodologia que não me permite analisar a obra como um todo.

Mesmo que se eu tivesse que fazer esta análise fazendo adaptações nestas composições, elas não me seriam suficientes. Até porque, elas não representam obras com a mesma tipologia. O TCPO, por exemplo, ele é uma experiência de obra de edificações. Então, ele acumulou ali ao longo de anos essa experiência de edificações. Eu só posso analisar obras de edificações com o TCPO.

Então, essa é uma característica muito importante de uma metodologia para outra. Eu quero também salientar que essa metodologia de modelagem de custo, ela não foi inventada pela Pini.

Pelo contrário, ela é corriqueira no mercado, ela é de conhecimento do... Do domínio do... Técnico e... Só que a Pini, a partir de 2003, ela passou a consolidar isso, a sistematizar essa metodologia e passar a publicá-la nas suas revistas, nas suas publicações.

Então, não existe um fato novo aí com relação a uma metodologia e outra. Apenas essa metodologia da composição ela virou mais corriqueira, muito mais fácil se olhar um manual e nesse manual extrair as informações.

Próximo *slide*, por favor.

Esse *slide* representa bem as diferenças entre uma metodologia e outra, na medida em que a gente verifica que os serviços executados de uma forma simples em obra não convencional, ele está submetido a vários tipos de contingência que este mesmo serviço passará a ter outro nível de análise pelos seus impactos na produção.

Então, a mesma máquina escavando ali uma piscina, ela, numa via urbana não está dando para ver direito, mas nós temos ali vários... No meio urbano com trânsito e tudo, ela vai estar impactada por tudo isso, num canal confinado você tem uma contingência de execução muito séria até do manejo da máquina, e no caso aqui do campo aberto, que é característico da obra da terraplanagem da Abreu e Lima, nós vamos verificar que a magnitude, a variação de solo encontrada, submete a essa contingência mínima e máxima.

Próximo *slide*, por favor.

Esse *slide* apresenta todos os aspectos que foram levados em consideração no custo, no estudo do custo da Pini para estabelecer a faixa de preço de mercado.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

## INQUÉRITO

Então, nós vamos verificar aí improdutividades, no caso da mão-de-obra, nós vamos verificar horas-extras, jornada de trabalho, vamos verificar que tem um grande volume de trabalhadores em área, em campo. Nós vamos verificar que o prazo de execução também impactou muito as questões, chuvas, volume de solo movimentado, nós vamos ver no canteiro também as exigências de contrato da PETROBRAS, com área de vivência, vestiário, coleta de esgoto, abastecimento e distribuição... Tudo isso, uma tabela de custo não leva em consideração.

Então, na hora que é feito o estudo, através da metodologia da modelagem, você permite fazer a listagem de todos os itens que aquele serviço está disposto a encontrar.

Próximo *slide*, por favor.

Essa é a metodologia da formação de preço Pini. Essa metodologia, ela tem uma característica muito importante. Ela não permite... Não permite artificios. Todos os dados têm que estar discriminados em planilha. Então, no estudo apresentado à PETROBRAS, todos os itens foram dimensionados, todos os itens foram calculados e estão lá demonstrados.

Essa metodologia, ela se aplica para a avaliação de preços, para mensuração dos efeitos do preço por eventos impactantes, é o único meio para formar preço com segurança para uma construtora.

Olha uma observação importante também, que esta metodologia se aplica também a obras convencionais. É desta metodologia que veio as tabelas de custo padrão. Só que com o tempo foi se juntando elementos para se obter esses dados apropriados.

A Pini, por meio dessa metodologia, realiza simulações que permitem avaliar a representatividade no mercado, e assim estabelecer uma faixa de variação de preços e também estabelecer um preço que melhor represente aquela obra a partir dos prazos de referência do contrato.

Próximo *slide*, por favor.

Esse *slide* nós vamos encontrar toda a formação de preço que foi efetuada para a Refinaria, para a obra de terraplanagem da Refinaria Abreu e Lima. Nós temos o estudo do custo direto totalmente detalhado em composições, nós temos as necessidades desses recursos, tudo isso está demonstrado em suas planilhas específicas.

Nós temos a administração local pertinente àquele serviço, o rateio do canteiro, porque no caso do canteiro, a planilha da PETROBRAS dimensionava o canteiro como item do custo direto. Só que... E dimensionou

também um percentual a que esse custo direto estava limitado.

A Pini, nesse conceito, redistribuiu a diferença para os valores de custo e também considerou os custos complementares do contratante, que são os projetos, os estudos preliminares e encontramos aí o custo direto da obra em 313.8 milhões.

A esse estudo, nós simulamos as contingências a que essa obra poderia estar submetida. Com todas as variações de produtividade, produção e consumo que a obra poderia encontrar, encontramos uma faixa de 293.6 a 394.2. E deste valor encontramos o valor tangencial, que é aquele que mais se aproxima daquilo que poderia ser a realidade da obra.

Encontramos o valor do preço total já aplicando a taxa de IBDI, estudado pela Pini, simulado também através de pesquisas, através de dados obtidos no acervo Pini e obtemos uma faixa de variação de 411 a 551. Para a Pini, qualquer valor dentro dessa faixa admite-se que o valor estaria correto.

Próximo *slide*, por favor.

A Pini estudou detalhadamente a lógica, a logística da obra, como demonstrado nesse resumo a seguir.

Alguns números são importantes destacar. Trata-se de uma obra com 22 milhões de metros cúbicos de escavação, 19 meses, com data base em junho de 2007, 1.116 homens/mês horistas, 266 homens/mês mensalistas e 40 milhões de litros de óleo diesel. Esse é um volume surpreendente para se fazer o dimensionamento de uma obra.

Próximo *slide*.

Aí, dando continuação, continuidade, nós temos outros itens, como administração local, canteiro e as necessidades de equipamento, todos eles dimensionados item a item, planilha, que estão aí demonstrados em valores. E também uma simulação de quanto de máquinas em função do impacto das chuvas no período.

Esses dados todos foram calculados pela Pini. Foram também obtidos através do seu acervo técnico, da literatura técnica, de parâmetros de orçamento e através do regulamento do BDI, desenvolvido pelo Instituto de Engenharia de São Paulo no ano de 2006.

Próximo *slide*, por favor.

Aí também temos o estudo item a item de composição do custo da obra, mão-de-obra, quanto representa, quarenta e oito ponto... Perdão, 14.8%, administração local nós temos 7%, planilha da contratante 2.5%, nós temos equipamento 57%, é a maior representação da obra, nós temos o canteiro 8.6 e o material 10.1%.



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE  
INQUÉRITO

Próximo *slide*, por favor.

Também dimensionamos todas as variações de rendimento, onde nós podemos encontrar as variações para este tipo de obra. Da contingência máxima à contingência mínima. A mão-de-obra 2.7, a mínima de 1.5. Equipamentos, encontramos 0,52, a literatura nossa podemos encontrar situações em que pode ir a 0.12, quer dizer, uma obra onde está totalmente confinada, impedindo inclusive o manejo da máquina.

E vamos encontrar também 0,92, que é uma escavação de uma facilidade maior. E no caso do material, a Pini não considera, apesar de encontrar no mercado, variações de até 20% sobre o consumo do material.

Próximo *slide*.

A engenharia de custo... Perdão. Na engenharia de custo o superfaturamento ocorre quando o construtor é remunerado com um preço maior que o preço de referência. Portanto, está relacionado às medições dos serviços executados na obra.

No resultado da aplicação da metodologia da formação do preço Pini, em obra de preço global, não haverá superfaturamento se forem renegociadas as condições de contratação pela ocorrência de acréscimo de quantitativos.

O superfaturamento somente poderá ser caracterizado por processo de acompanhamento e controle de custos proveniente das atividades de gerenciamento, durante todo o processo construtivo.

Concluindo. A caracterização do superfaturamento ocorre somente na fase de execução do empreendimento.

Próximo *slide*, por favor.

Na engenharia de custos, no caso de obras convencionais, o sobrepreço está caracterizado como os expurgados do preço, o custo dos recursos logísticos, as contingências incidentes no custo direto, os encargos sociais e o BDI.

O custo direto do serviço escapa a uma margem de tolerância, tendo como referência a tabela de custo padrão, que, via de regra, não contempla esses valores expurgados.

No âmbito das obras não convencionais, a engenharia de custos prevê a formação do preço como única metodologia adequada à identificação do sobrepreço. Na aplicação da metodologia formação de preço a Pini gerou uma faixa de variação de preço de mercado incluindo o preço tangencial, que é o preço de tendência. O preço dentro dessa faixa são considerados justos, como

preços admissíveis de mercado.

Portanto, o estudo proveniente dessa metodologia indica uma faixa de aceitabilidade na qual o contratante deveria se referenciar. Conseqüentemente, de acordo com a metodologia Pini, preços acima da referência superior da faixa são considerados sobrepreço ou preços excessivos; preços abaixo da referência inferior são considerados subpreços ou preço inexequível.

Concluindo, a nossa análise garante que não houve sobrepreço na contratação. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Com a palavra o relator Romero Jucá.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, antes de entrar diretamente na pergunta aos convidados, eu gostaria só de registrar o recebimento pela CPI de ofício do Ministério Público Federal e também do Juiz Fausto Martin De Sanctis, porque em requerimento aprovado, eu havia solicitado que o material referente à *Operação Castelo de Areia*, no que diz respeito à PETROBRAS, fosse encaminhado cópia do inquérito para esta relatoria.

E o Dr. De Sanctis mandou um ofício circunstanciado, que já está inclusive na Internet, está na página, no *site* da CPI, já está, portanto, à disposição da imprensa, mas eu gostaria apenas de ler apenas um parágrafo, já que ele diz que não está remetendo material, porque os autos da ação penal não contemplam acusações ou menções que envolvam a Empresa Petróleo Brasileiro, a PETROBRAS, e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

De modo que, *data maxima venia*, nenhum sentido haveria apenas sob esse prisma o acatamento do pedido do Presidente da Comissão. Isso quer dizer que, efetivamente, o Juiz entende que não há material, nem sigiloso, nem ainda com informações que caracterizem qualquer necessidade de investigação por conta, no que diz respeito à PETROBRAS, da *Operação Castelo de Areia*, o Ministério Público, e ele diz que continua investigando, a Polícia Federal continua investigando, a qualquer momento for necessário prestar qualquer informações a CPI essa matéria será remetida então à CPI. Era esse o registro que eu gostaria de fazer.

Sr. Presidente, eu quero registrar o detalhamento da exposição do Dr. Mário Sérgio Pini, Dr. Luiz Raymundo Freire de Carvalho, e tenho rápidas perguntas aqui, até uma parte das perguntas que eu ia fazer já foram respondidas quando da exposição.

A primeira delas diz respeito ao contrato que a PETROBRAS tem com



**INQUÉRITO**

a Pini. Eu gostaria de saber se esse contrato, quando foi feito, qual o valor do contrato, se a Pini interagiu na formação do preço base ou se simplesmente prestou consultoria e prestou informações *a posteriori* para a discussão das informações que estão sendo prestadas ao Tribunal de Contas da União e à CGU? Essa é a primeira questão.

Eu vou fazer formulando questão por questão, porque acho que depois nós vamos entrar em questões técnicas e portanto seria importante que tivesse a informação já... Não sei se o Dr. Sérgio vai responder...

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Sim, posso...

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Pois não.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Posso iniciar a resposta, se o Freire quiser complementar... Bem, O... Sim, desculpe.

O contrato com a PETROBRAS é do dia 15 de maio de 2009. Ele previa a realização desse estudo em 45 dias. Portanto, o estudo foi entregue no dia 30 de junho. O valor foi de 161 mil reais. O foco principal desse contrato--

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Junho ou julho?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Junho.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Agora, esse ano.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** 30 de junho de 2009, 30/06.

O foco principal desse contrato foi um estudo para a estimativa de preços de mercado, portanto, com preços com todos referenciais da base de dados Pini, só informações na base de dados Pini, para obra de terraplenagem da Refinaria Abreu e Lima.

Já havia... Já havia os questionamentos do TCU, mas o nosso objetivo principal, apesar da análise que fizemos a todo o material recebido, foi a estimativa de preços.

Nós entendemos... Recebemos todo o material que o licitante recebeu. Então, essa estimativa de preços foi realizada na origem. E o que nós fizemos foi oferecer à PETROBRAS uma faixa de variação de preços onde preços ofertados pelos licitantes ou preços de referência da própria companhia podiam estar localizados sem que houvesse a ocorrência de sobrepreço. Seria um preço justo, os preços que nós atribuímos de mercado.

Nós nos utilizamos da metodologia da formação de preço, insistimos, porque entendemos que era a metodologia mais adequada para o caso de uma obra não convencional e teremos oportunidade de expor o conceito de uma obra não convencional para os senhores ao longo desta sessão.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Muito bem. A metodologia utilizada da formação de preço da Pini é diferente da... Ou leva semelhanças com a formação do SICRO, do DNIT, e com o SINAPI? E além do SICRO, se existe outro referencial que poderia ser utilizado para elaborar e fiscalizar os preços da terraplenagem da Refinaria Abreu e Lima?

Ou seja, quando foi feita a exposição aqui pela PETROBRAS e também pelo TCU, se verificou que a tabela principal, quer dizer, a grande parte dos preços de composição de custos era feita com o SICRO.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Perfeito.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** E eu gostaria de saber a opinião, já que vocês fizeram com outro tipo de formatação de planilha de custos, qual essa diferença, em que implicaria isso e se existe outro referencial além do SICRO que poderia se aproximar, como foi feito no cálculo da PETROBRAS.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Outro referencial poderiam ser as informações da base de dados Pini.

Agora, o que a gente percebe é que a metodologia que se fundamenta exclusivamente em composições de preços, que a gente chama de formação de preço por composição de preços, ela considera muitos dos custos da obra como... Principalmente os custos indiretos, como sendo custos... Custos tratados por percentuais. É como se eu pudesse generalizar fatores que são específicos de obra por obra, principalmente de obras não convencionais, para qualquer tipo de obra.

Então, o fundamental da utilização dessas tabelas é que nós possamos fazer ajustes de engenharia e ajustes de engenharia de custos, para que elas possam ser representativas de cada obra, principalmente em se tratando de obras não convencionais.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Bom, a metodologia de formação de preço por tabela de custo padrão pode conduzir a distorções em obra de terraplanagem como a de Abreu e Lima? Quer dizer, essa metodologia pode distorcer? E que especificidades devem ser consideradas na comparação de obra de Terraplenagem na refinaria Abreu e Lima? Quer dizer, na formação de preço, que tipo de distorção pode haver se for custo padrão ou modelagem?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Sim, pode haver... Pode trazer distorções



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO**

de preços pelo fato de custos tratados como custos indiretos serem... Serem representados por percentuais.

A metodologia da formação de preço por modelagem, ela calcula esses preços, ela discrimina itens de custo, ela faz o cálculo. E aí surge a diferenciação. Aí surge aquilo que a gente poderia chamar de dificuldade de equalizarmos custos unitários de uma modelagem e de outra. Uma contém, uma tem custos diretos secos, de uma tabela de custo padrão. E a outra tem custos diretos adicionados de outros custos diretos, como é o caso de necessidades dos recursos técnicos, como foi explicado ainda há pouco, necessidades da mão-de-obra, necessidades de equipamentos, fundamentalmente, administração local e canteiro.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Essa formação de custos por preço de modelagem, ela tem sido discutida com o Tribunal de Contas da União e com a CGU? Qual tem sido a praxe nessa discussão? Tem sido aceito, tem sido questionado? Qual é a visão de quem fiscaliza sobre essa formação de preço?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Bem, acho que nós precisamos considerar a função básica do TCU. A atividade do TCU tem prerrogativas constitucionais. A atividade do TCU é uma atividade de auditoria. É uma atividade que ocorre com obras em andamento ou com obras terminadas. Para isso, para indicar indícios de sobrepreço, e, conseqüentemente, indícios de superfaturamento, o TCU se vale, de forma expedita, de tabelas de custo padrão, de percentuais, de parâmetros prefixados.

A nossa metodologia não é uma metodologia que nasce de uma auditoria. A nossa metodologia nasce da necessidade de estimativa de preços de mercado. Então, com isso nós calculamos, calculamos o preço. O TCU não faz isso. Não... Não é uma... Digamos assim, não está dentro da articulação técnica que o TCU emprega. Não temos tido a oportunidade de troca de ideias com relação a isso.

O que sabemos é que essa metodologia deverá, no caso de obras não convencionais, indicar na maioria dos casos indícios de irregularidades, que poderão ser melhor estudados no caso de uma aplicação de uma metodologia que calcule todos os fatores de formação de preço dessa obra.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Bom, uma das questões levantadas na discussão técnica foi exatamente a substituição da escavação e transporte de solo mole, a retirada de solo mole e a substituição por drenos de fibroquímicos. E drenos de areia também.

Na análise que foi feito pela Pini, qual a avaliação sobre esses itens,

sobre a recomposição de contratos e se a Pini identificou algum tipo de sobrepreço ou superfaturamento nesses itens específicos quando da composição estimada da forma que foi elaborada por modelagem?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Na apresentação, eu procurei destacar o tipo de trabalho para o qual nós fomos convidados, que foi fazer a estimativa de preços de mercado na origem.

Ocorrências e fatos durante a execução da obra escapam a esse estudo. Portanto, a Pini não tem como contribuir com esta Comissão em relação a esse tipo de questionamento.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** No levantamento que foi apresentado, quer dizer, o intervalo de razoabilidade da obra, vamos chamar assim, ficaria entre 411 milhões e 551 milhões, entre ponto mínimo e ponto máximo, através da composição de custo da forma que ela foi elaborada, com o edital, com o material que foi recebido.

Ao final da apresentação foi reafirmado, mas eu gostaria de perguntar novamente: quer dizer, a Pini, com esses números, a Pini registra que não se identifica sobrepreço e portanto superfaturamento no padrão da obra até aqui, mesmo com a contratação do aditivo que leve a 510 milhões a obra.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Vejam, senhores. A questão do aditivo, mais uma vez, remete-nos à fase obra da terraplenagem Abreu e Lima. Nós estudamos preços na origem. E esse estudo, levando em consideração todos os custos envolvidos e variações de contingências de execução a que a obra poderia estar e esteve de fato submetida, esse estudo traça uma faixa de admissibilidade de preços entre 411 e 551, tendo como preço de referência o preço em que as propostas deveriam tangenciar o valor de 439 milhões.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Sr. Presidente, eu estou satisfeito com as respostas, e me resguardo ao momento de fazer qualquer questionamento a mais.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Nós vamos passar para a lista de inscrições. Primeiro Senador inscrito, Senador Alvaro Dias. V. Exa. tem a palavra.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Sr. Presidente, Srs. Convidados.

O senhor afirmou que os serviços da Pini foram contratados por 160 mil reais, pela PETROBRAS. Quantos profissionais trabalharam na elaboração do orçamento?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Desculpe. Seis profissionais responsáveis, fora aqueles ligados à pesquisa de produtividades,



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO**

equipamentos, produção de equipamentos, preços unitários, na data que a obra, que a obra foi licitada.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** E qual a formação profissional desses profissionais?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Eu sou arquiteto, há um economista na equipe e quatro engenheiros civis. Para que o senhor... S.Ex<sup>a</sup> tenha uma ideia, há engenheiros que trabalharam conosco, trabalham conosco há mais de 20 anos nesse estudo.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** E a Pini recebeu algum tipo de orientação da PETROBRAS no sentido de que o orçamento fosse elaborado, atingindo um valor superior ao contratado?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Não. De forma nenhuma. O que nós recebemos da PETROBRAS foram os termos de referência de contratação que qualquer licitante recebeu. Havia o conhecimento de preços, porque a imprensa divulgou. Não havia conhecimento do orçamento da obra. Esse orçamento foi todo ele definido, ele está todo detalhado com fundamento na base de dados Pini.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Bem, eu não sei se o senhor concorda, mas quando a Pini é contratada, ela trabalha para atender os interesses de quem contratou e paga.

Portanto, fica complexo afirmar que há independência da parte da Pini na execução desse tipo de trabalho. Tanto é que só quando o Juiz designa um perito é que nós teremos uma avaliação insuspeita em relação a esse debate sobre superfaturamento de preços.

Eu... Eu faço referência a isso, não sei se o senhor concorda, que não há essa independência propalada.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Permita-me...

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** O senhor tem que, naturalmente, atender o interesse do seu cliente.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Permita-me apresentar um outro lado, para compor um quadro de explicação mais adequado para essa questão.

Quando nós trabalhamos com preços... Com base de dados Pini, nós trabalhamos com produtividade, com produção de... Produtividade da mão-de-obra, produção de equipamentos, consumo de materiais, preços unitários, PDI, tudo isso formado pela Pini, tendo como referência os termos de referência.

Quer dizer, nós não nos utilizamos de nenhum fundamento extra Pini, para elaborar essa faixa de variação. Portanto, há total independência para a formulação dessa faixa de variação.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Para ficar bem inteligível, eu vou citar um exemplo prático.

Os senhores afirmam que não houve superfaturamento. É a conclusão do relatório que acabamos de ouvir aqui; se opondo, evidentemente, a um relatório preliminar da Secretaria de Obras do Tribunal de Contas da União.

Mas os senhores também afirmaram o mesmo em relação às obras do TRT de São Paulo. Os senhores foram contratados com o mesmo objetivo e concluíram que não havia superfaturamento nas obras do TRT de São Paulo. E, no entanto, confirmou-se um superfaturamento de 170 milhões de reais, no episódio de corrupção emblemático, que levou à cadeia o Juiz "Lalau", e que levou à cassação um Senador da República, o Senador Luiz Estevão.

A Pini foi contratada à época para, da mesma forma, validar os preços lá praticados. Nós temos aqui, inclusive, parte de um relatório, de uma decisão do Tribunal de Contas da União a respeito, dizendo que "*Diversas discrepâncias observadas no orçamento da Pini causaram surpresas à equipe do Tribunal de Contas da União. Em que pese o TRT de São Paulo afirmar que o orçamento da Pini havia sido elaborado com total independência e isenção*", é o que se fala agora novamente, "*o esclarecimento definitivo dessa questão ocorreu por ocasião do depoimento ao Ministério Público Federal, do Diretor de Engenharia da Pini, Engenheiro Celso Ragazzi.*"

Me parece que esse precedente é ilustrativo. O engenheiro simplesmente declarou que realizou seu trabalho nos moldes que foi requerido pelo seu cliente, a Incal Incorporações S.A., com as peculiaridades que lhe foram apresentadas.

Essa história se repete agora. Os senhores realizaram um trabalho, também nos moldes em que foi requerido pelo cliente. É o que V. Sa. afirmou. E com as peculiaridades que foram apresentadas.

É isto ou não é isto?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Não é isto, não é isto. Permita-me discordar, Excelência.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Mas o senhor acabou de dizer que apresentou uma conclusão--

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Perfeito, eu--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Com base num trabalho



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO**

realizado em função do que a PETROBRAS ofereceu. Ou seja, nos moldes em que foi requerido pelo cliente, no caso, a PETROBRAS. A exemplo do que foi requerido no episódio do TRT de São Paulo.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Eu queria tentar buscar esclarecimento no seguinte sentido: o nosso trabalho não pode tratar... No caso, eu vou dividir a minha resposta em dois âmbitos, no âmbito da PETROBRAS e no âmbito do TRT.

No caso da PETROBRAS, o nosso trabalho não pode falar em superfaturamento, porque o nosso trabalho é na origem. Nós recebemos como informações da PETROBRAS as mesmas informações que um licitante recebeu. Sobrepreço.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Só para ficar bem claro: o senhor disse que não pode falar em superfaturamento.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Não posso falar em superfaturamento.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** E como é que falou na conclusão do trabalho exposto aqui?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Não. Nós falamos em sobrepreço. Que não há sobrepreço.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Muito bem. Então, a Pini não está atestando que não há superfaturamento na obra da Refinaria?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Não. O que a Pini diz é o seguinte: que No caso de preço--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Porque nós aprendemos aqui, na última Sessão dessa Comissão, o que é sobrepreço e o que é superfaturamento. O senhor disse que não há... Atestou que não há sobrepreço.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Não há sobrepreço. E não haverá superfaturamento se eventuais diferenças de quantidades, de quantitativos ao longo da obra ou outras eventualidades forem negociadas caso a caso. Porque, no caso do preço global ou no caso da metodologia por modelagem, preço unitário e preço global estão intrinsecamente associados.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Então, só para ficar claro. O trabalho que a Pini realizou para a PETROBRAS não tem por objetivo concluir se há superfaturamento?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Não poderia. Porque é estimativa de preços na origem.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** É bom que isso fique claro. Porque também no caso do TRT de São Paulo, o Tribunal de Contas se posicionou. Ele diz: "*É fácil concluir que o orçamento que ora se discute não é um orçamento da Pini Sistemas, mas um orçamento elaborado pela Pini Sistemas nos moldes estabelecidos pela Incal. A equipe de inspeção deliberou então que não se tratava de uma planilha orçamentária tecnicamente bem elaborada e confiável e que o eventual aproveitamento de dados contidos na mesma deveria se dar com extrema reserva.*"

E a nossa conclusão é que o mesmo raciocínio deve se aplicar à presente situação. Ou seja, a PETROBRAS contratou a Pini, que age de acordo com os interesses do seu cliente.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Discordo.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Mas eu vejo que V. Sa. está sendo franco. Quer dizer, o trabalho que a Pini realizou para a PETROBRAS não teve por objetivo atestar se há ou não superfaturamento.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Exato. Nós... Como nós... O nosso estudo é um estudo na origem, ele só pode, ele só poderia indicar como sobrepreço.

No caso do TRT, Senador--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Nesse caso... Só para não perder a oportunidade. Nesse caso, seria conveniente até que esta CPI contratasse um perito para dirimir as nossas dúvidas.

Da minha parte não há necessidade, porque confio plenamente no trabalho do Tribunal de Contas da União. São técnicos qualificados, auditores responsáveis e acreditados, que prestam um trabalho técnico exemplar.

Mas eu sei que o relator haverá de contestar. Eu estou procurando enfatizar que o trabalho da Pini não trata de superfaturamento, exatamente para que não se apresente depois como justificativa para contestar os dados apresentados até agora pelo Tribunal de Contas o eventual... Uma eventual conclusão da Pini a respeito dessa questão.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Perfeito. Mas nós chamamos atenção no *slide* número... No penúltimo *slide*, que o superfaturamento só ocorreria se houvesse... Se houvesse, em primeiro lugar, sobrepreço. Como não há sobrepreço, é de se esperar que não haja superfaturamento, a menos que tenha havido variação e quantitativos. E isso não foi objeto do nosso trabalho.

Então, a raiz do superfaturamento é o sobrepreço. E o nosso trabalho é categórico em afirmar que não há sobrepreço. Então, o que se pode esperar é que não vai haver superfaturamento. Mas nós não acompanhamos a obra. Nós



INQUÉRITO

não sabemos--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** V. Exa. não pode assegurar isso.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Não, não é isso.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Eu vou fazer algumas perguntas--

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Por favor. Eu não pude tratar, se o senhor me permitisse, da questão do TRT.

A questão do TRT, para nós, não resta dúvida que é uma questão emblemática.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Essa CPI não é para tratar deste assunto. Não é que foi ilustrado a Ex<sup>a</sup>... V. Exa. tem--

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Mas eu gostaria só de complementar.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Mas ele tem o direito de defender.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Só complementar. Nós não fizemos um parecer para o TRT. Nós fizemos um orçamento complementar a pedido da construtora.

Nós trabalhamos com a máxima lisura, isso em 1994, tanto é que na retomada das obras em 2002, nós fomos convidados pelo Banco do Brasil a realizar o orçamento da obra de retomada.

Quer dizer, se a Pini tivesse alguma implicação, se ela tivesse feito um trabalho ao gosto do cliente, nós não poderíamos ser, em 2002, convidados a realizar esse trabalho de máxima confiabilidade, de máximo interesse para toda a nação.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** É, certamente os responsáveis pelo superfaturamento do TRT usaram o trabalho da Pini na sua defesa. E usaram indevidamente. É a conclusão a que chegamos agora com o seu depoimento.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Exatamente.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Eu tenho algumas perguntas para... Que poderão, quem sabe, nos ajudar a chegar a conclusões sobre o eventual superfaturamento.

Para obra dessa magnitude, quanto deveria custar a elaboração do projeto básico?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** No caso do... Do trabalho da PETROBRAS, há previsão de um gasto de cerca de três milhões.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Quanto?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Três milhões. O detalhamento do projeto básico. O projeto básico foi fornecido. E para a complementação, para a definição do projeto básico, três milhões.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Mas o projeto básico, segundo dados do Tribunal de Contas, custou apenas 57 mil reais.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Não. Para a complementação do projeto básico, para se chegar ao projeto executivo, há uma linha de projetos que prevê um gasto de três milhões. Para se chegar a estudos, levantamentos e o projeto executivo.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Bem, esses dados o Tribunal de Contas não recebeu.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** E aí o que--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** O que o Tribunal de Contas recebeu como dado concreto sobre o projeto básico é a despesa de 57 mil reais.

Por isso a minha indagação seguinte é sob o ponto de vista técnico. Até que ponto justifica-se o fato de o projeto básico não ter sido capaz de identificar as reais condições geotécnicas do terreno?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Bem, essa não é... Não foi uma temática do nosso trabalho. Assim como não foi... Essa questão não foi discutida pelos licitantes. Nós recebemos as informações do projeto básico, julgamos essas informações, avaliamos essas informações como suficientes para a realização do estudo de estimativa de preços de mercado, da obra.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** A outra questão... As luzes se apagaram aqui.

Segundo a PETROBRAS, com o início dos trabalhos de campo foram feitas as seguintes constatações: detecção de talvegues saturados em elevações que se supunham secas; ocorrência de grande volume de solos potencialmente expansivos não constatada na fase de elaboração do projeto executivo, apesar da realização de novas sondagens.

E eu pergunto: com a base técnica para a suposição de que os talvegues em elevações seriam originalmente secos, tratou-se de técnica ou de mera suposição? E as novas sondagens realizadas na fase de elaboração do projeto executivo foram tecnicamente adequadas? Não teriam sido feitas em um nível inferior ao preconizado pelo que a boa técnica recomenda?



**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Senador, V. Exa. deverá concordar comigo no seguinte sentido: nós procuramos definir a raiz do nosso trabalho como um estudo que parte para formar preços na origem. Quer dizer, a partir do início da execução da obra, que envolve o detalhamento do projeto básico para que ele se transforme em projeto executivo, para que permita estimativas definidas, não fez parte da nossa... Do nosso desafio perante essa encomenda da PETROBRAS.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** É, infelizmente... Realmente os senhores não podem nos oferecer informações que nos... Que contribuam para dirimir eventuais dúvidas.

Qual impacto no custo total da fase de terraplenagem a decisão de se utilizar maior quantidade de drenos fibroquímicos em detrimento da remoção do solo mole? Não sei se tem...

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** É a mesma questão.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** É a mesma resposta.

As perguntas aqui estão praticamente prejudicadas, exatamente porque a Pini não realizou esse trabalho.

Então, realmente nós não temos como utilizar o trabalho da Pini para se contrapor ao trabalho do TCU, que indica indícios seriíssimos de superfaturamento.

Caso todas as informações... A PETROBRAS afirma o seguinte: "*Caso todas as informações geotécnicas e construtivas atualmente conhecidas estivessem disponíveis na etapa do projeto básico, os serviços e quantitativos previstos seriam os mesmos resultantes do projeto executivo.*" Em termos técnicos, o que diferencia terraplanagem preparatória à instalação de uma refinaria de petróleo, da terraplanagem preparatória à instalação de um complexo rodoviário? Existe diferença?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Diferenças sensíveis.

Eu queria... Se o senhor me permitir, o senhor... V. Exa. fez uma afirmação que eu gostaria de tentar esmiuçá-la.

Não é que... O relatório do TCU aponta para indícios, que precisam ser comprovados. E a gente... Nós procuramos aqui definir as restrições que enfrenta a Secretaria do TCU no sentido de poder atuar no âmbito de estimativas expeditas, porque se trata de um trabalho de auditoria.

Então, comparando preços de tabela, parâmetros prefixados com valores de uma obra não convencional, as diferenças podem apontar para

indícios de sobrepreço, e conseqüente superfaturamento.

Agora, isso não é líquido e certo. O nosso estudo, o nosso estudo prevê a formação de preços de mercado, a estimativa de preços de mercado na origem, e não... E esse estudo é conclusivo. Não houve sobrepreço. Como o superfaturamento--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Então eu gostaria que completasse. O que foi realmente avaliado pela Pini, e qual a origem? O projeto básico ou o projeto executivo?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Projeto básico foi avaliado se houve ou não sobrepreço. E a nossa afirmação--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** E a origem é o projeto básico, não o executivo?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Não o executivo. É como... Como se... E não houve sobrepreço. Como a morada do superfaturamento é o sobrepreço, então, é de se supor que não vá ocorrer superfaturamento dessa obra. Mas isso não é objeto do nosso trabalho. Então, nós podemos--

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Então, eu pergunto: o que levou a PETROBRAS a afirmar que já estava reavaliando o preço?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Mudanças nos quantitativos. Isso sim é fator de mudança no preço global. Ela está renegociando preços. Renegociando, segundo normas de engenharia de custos e aceitas pela engenharia, normas corriqueiras, que nos parecem absolutamente aplicáveis ao caso.

**SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR):** Como nós não temos o que indagar sobre a questão do superfaturamento, eventual superfaturamento, sobre o trabalho do Tribunal de Contas, eu quero apenas, Presidente, registrar algo que diz respeito a declarações da PETROBRAS sobre esse tema no seu *site*.

A PETROBRAS divulgou, no seu *blog*, que já vinha renegociando os preços dos drenos de areia com o consórcio contratado antes da auditoria do TCU. Segundo a empresa, em 4/02/08, antes da auditoria do TCU, já negociava a revisão de preços. E eu tenho aqui o documento que atesta esta informação da PETROBRAS.

No entanto, a negociação foi realizada apenas em janeiro de 2009, após a auditoria do TCU, conforme cópia da ata realizada entre técnicos da PETROBRAS e representantes das empreiteiras contratadas. Tenho também o documento da ata.

Mas a PETROBRAS vinha pagando os drenos de areia pelo valor



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

contratual de 176,51. Tenho aqui também o documento. Documento sobre esses valores.

Somente em dezembro de 2008 a PETROBRAS começou a reter parte dos pagamentos desses serviços após o Acórdão do Tribunal de Contas da União fazer determinações à PETROBRAS para que a estatal retivesse parte dos pagamentos de serviços com preços contratuais acima dos preços de mercado.

Tais fatos mostram que as declarações veiculadas pela PETROBRAS são inverídicas. Como pode a empresa afirmar que estava renegociando os preços dos drenos de areia e continuar pagando pelos serviços com preços superfaturados?

Com base na auditoria do Tribunal de Contas é que afirmamos que os preços estavam superfaturados, em que pese o fato da PETROBRAS dizer que readequou preços não é verdade. Continuou efetuando os pagamentos com preços superfaturados. A cópia do processo do Tribunal de Contas que nós temos aqui em mãos, encaminhada pelo TCU para essa CPI, mostra claramente que o Departamento Jurídico da PETROBRAS tentou justificar os preços contratados após o término da auditoria realizada pelo TCU.

Essa peça de defesa, datada de setembro de 2008, não fez nenhuma menção à suposta negociação ora anunciada pela PETROBRAS. Temos aqui também o documento relativo.

Agora, com todo o escândalo anunciado, a PETROBRAS informa que já estava renegociando os preços. Não é verdade.

Estaria a PETROBRAS tentando... A PETROBRAS, não, a direção atual da PETROBRAS, é preciso distinguir sempre a empresa daqueles que ocupam circunstancialmente funções, estaria mentindo à CPI?

E é bom dizer também que segundo o Tribunal de Contas, pelo menos são informações oficiais do Tribunal de Contas, até hoje não foi celebrado aditivo formalizando a renegociação dos preços dos drenos de areia.

Portanto, as informações veiculadas pela PETROBRAS através do seu *blog* não são confirmadas pelos atos oficiais praticados pela atual gestão, segundo o que diz o Tribunal de Contas. E é evidente que o Tribunal de Contas tem informado que a direção da PETROBRAS sonega informações. Não responde aos questionamentos, e obstrui, inclusive, o trabalho de auditoria realizado pelo Tribunal de Contas da União.

Mas, de qualquer forma, fica o registro em razão do depoimento feito aqui a esta CPI há poucos dias por representantes da PETROBRAS.

E eu estou satisfeito com as respostas oferecidas pelo representante da Pini, que realmente a Pini não pode ser, neste caso, neste caso, suporte para quem quer que seja afirmar que não há superfaturamento nas obras da refinaria da PETROBRAS.

Os técnicos do Tribunal de Contas que trabalharam com as informações disponíveis constataam a existência de superfaturamento e recomendam, inclusive, a indisponibilidade de bens das empresas integrantes do consórcio no valor mínimo de 80 milhões de reais, em razão do que apurou no seu trabalho preliminar.

Nós estamos verificando, Sr. Presidente, que este caso vai se repetir, é claro, guardadas as devidas proporções, nesse caso para maior, porque é uma obra maior, vai se repetir o que se verificou no TRT de São Paulo. Ou seja, lá a conclusão final foi de que houve o superfaturamento. E aqui tudo indica que a conclusão final não será outra. Será a confirmação de um superfaturamento, porque não se justificaria, de forma alguma, uma readequação do orçamento na proporção em que se deu a readequação anunciada pela PETROBRAS, de 4 para 12 bilhões de dólares.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e agradeço a V. Exa..

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Obrigado, Senador Alvaro Dias. Com a palavra o orador inscrito, Senador Antonio Carlos Júnior.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

As perguntas... Como a Pini se posiciona em relação às questões levantadas pelo TCU relacionadas ao uso de determinados índices de referências? BDI, SICRO, SINAPI etc. A Pini contesta os métodos adotados pelo Tribunal de Contas da União?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Senador, no início da minha exposição, eu comentei sobre as... Os atributos, atribuições constitucionais do TCU, o trabalho de auditoria que deve ser realizado e os instrumentos que o TCU se vale para realizar esse seu trabalho e concluir ou não sobre indícios de irregularidades.

O que nós... O que a Pini entende é que o trabalho de auditoria está fundamentado na... Está fundamentado na utilização de uma estimativa expedita de custos, com base em parâmetros prefixados, tabelas definidas, que não tem condições de representar uma obra não convencional, como é o caso da Refinaria Abreu e Lima.

Na nossa concepção de engenharia, de engenharia de custos, somente a aplicação da metodologia de formação de preço por modelagem é que é capaz



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO**

de tomar as impressões digitais de uma obra com essas características.

Ela não pode... Não há menor condição de uma obra com essa magnitude, uma obra que não se constrói no Brasil há mais de 30 anos, de nós tratá-la, de nós tratarmos dela com parâmetros prefixados, e a partir disso, não concluir que há indícios de alguma irregularidade, mas já nos precipitamos em dizer que há irregularidades.

Eu acho que... Eu acho, não, o que está escrito no relatório, nos relatórios, sempre o TCU toma esse cuidado de que há indícios. Quer dizer, a outra parte, as partes afetadas é que devem recorrer mostrando, demonstrando, seja para o TCU, seja para a opinião pública, seja para a sociedade, o que de fato ocorreu.

Na nossa opinião, eu reitero o que nós estamos expondo, não há sobrepreço, a morada do superfaturamento é o sobrepreço, quer dizer, a raiz do superfaturamento é o sobrepreço. Nesse sentido, nada poderíamos afirmar sobre superfaturamento na origem e diríamos mais, que o único modo, em não havendo sobrepreço, de haver mudança no preço global é pelos quantitativos. Isso é que nós deveríamos examinar.

Freire...

**SR. LUIZ RAYMUNDO FREIRE DE CARVALHO:** Esse processo de análise se dá exatamente pelo gerenciamento da obra. É através do gerenciamento, durante a obra, é que se é capaz de fazer essa avaliação, e corrigi-la.

Então, esse é um processo extremamente necessário para se constatar e se chegar à conclusão do sobrepreço... Superfaturamento, desculpe.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Bom... O custo previsto da refinaria saiu de 4 bilhões de dólares para 12 bilhões. Então, ora, partindo desse princípio, houve, provavelmente, alteração de quantitativos em larga escala, para que pudesse... O número pudesse saltar nessa magnitude.

A Pini constatou apenas que não houve sobrepreço global. Ou seja... E o TCU, na verdade, ele provavelmente foi no caminho de alteração de quantitativo.

Quer dizer, ou seja, Pini e TCU não estão falando coisas diferentes. Provavelmente o TCU acabou indo em cima de quantitativos. Quer dizer, no momento que ele suspeitou, digamos, de superfaturamento, e em função do largo aumento no valor da obra, provavelmente ele foi em cima de quantitativos. O que não vai de encontro ao que a Pini disse aqui. Quer dizer,

vocês fizeram uma estimativa com base em parâmetros estabelecidos no início da obra e quantificaram esses parâmetros e deram um número inicial. Mas que, na verdade, o TCU pode ter descoberto ou pode ter suspeitado de aumento de quantitativos.

É o que eu imagino, para dar essa divergência.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Senador, se o senhor me permitir, se V. Exa. me permitir, nós... O nosso trabalho se restringiu à obra de terraplenagem. Quando nós falamos de quatro para 12 bilhões, é a obra da refinaria como um todo, e nós não temos nenhum estudo elaborado para a refinaria como um todo.

O que o TCU fez também foi relativo... Relativo às obras iniciais da refinaria. E o que nós achamos... O que nós achamos é que os métodos empregados pelo TCU são válidos, são necessários, são aplicáveis, apenas eles não podem ser, em si, conclusivos.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Perfeito.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Há necessidade de se fazer uma estimativa por metodologia de modelagem. Senão nós nunca vamos chegar a um acordo. Não é possível estimar uma obra daquela magnitude por percentuais. Esses artifícios, a engenharia de custos não admite. Nós apresentamos isso claramente num dos *slides*.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Estou satisfeito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Senador... Senador Jefferson Praia, com a palavra. E em seguida o Senador Inácio Arruda.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Bem, eu vou apenas procurar entender um pouco mais essa questão, para ver se nós conseguimos fazer uma sugestão.

Pelo que o Dr. Mário colocou, o TCU analisa dentro de um contexto de auditoria baseado numa metodologia que considera percentuais. É isso?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Isso.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** No método que vocês utilizaram, vocês em vez de utilizarem percentuais utilizam preço de mercado.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Cálculo, cálculo.

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Cálculo de modelagem de custo, é isso?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Isso.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

**SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM):** Esse é o nome. A minha... A minha preocupação e a minha observação é: como fazer com que nós não tenhamos situações semelhantes? Qual a sugestão que V. Sa. faz para que nós não continuemos com esse tipo de situação que poderemos ter mais à frente?

Na minha avaliação, nessa questão de obras públicas no Brasil, nós temos muitas percepções e visões diferenciadas, e esta CPI, na minha avaliação, ela pode dar uma grande contribuição indicando o que fazer, para que o Tribunal de Contas possa avaliar de uma forma que esteja mais próxima ou não da realidade, se é que não está próximo da realidade.

Mas eu acredito que nós deveremos trabalhar isso, para que busquemos aí a melhor forma de percepção quanto à viabilização dessas obras públicas.

Eu percebo que, aí, de um modo geral, apenas uma observação minha, como alguém que passa a estudar um pouco mais isso, mas percebo que tenho muito a avançar, que nós temos erros desde o projeto básico, às vezes até por uma questão de... Se formos para... Por exemplo, para situações muito simples, como aquelas das prefeituras, por técnicos que não estão preparados ou com... Para atender o estudo que... Como ele deveria ser, para que possamos errar menos.

Ao final, sai um projeto que depois para se viabilizar acaba sendo de outra forma, e aí tem... E aí você vai na direção de situações complicadas.

Portanto, que sugestão o senhor faz para que possamos ter uma auditoria melhor? A fórmula do TCU, ela não é correta? Isso, claro, uma opinião da consultoria. Mas, que... Ou então quais os caminhos que devemos percorrer para termos melhores condições de análise dentro do contexto de casos como esses que nós estamos analisando?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Eu queria agradecer ao Senador Jefferson Praia a preocupação dele e dizer que é a nossa também.

Quer dizer, nós não... Por conta da nossa história, de tudo que nós realizamos até hoje, o nosso interesse não é só de se imaginar que estamos a combater quaisquer ou qualquer agente do setor da construção civil. A nossa percepção é... Ainda é a de prestação de serviço. Ainda é de dar condições para que o setor siga realizando a infraestrutura de que o país necessita para se desenvolver.

Nós temos realizado alguns pareceres e, preocupados com a necessidade de chamarmos atenção do setor para essas questões, nós temos escrito artigos na revista *Construção Mercado*, que é editada pela Pini, e essa

é a revista que tem 60... Está no ano 62. Neste número, o nosso artigo é exatamente formação do preço. E há um número anterior, um número de... Se não me engano, de junho, que é um artigo cujo tema é desatando o nó para os agentes da construção civil, porque todos têm interesse que a obra saia. O contratante, o contratado, a instituição de fiscalização e auditoria, todos têm interesse.

Então, eu pediria ao meu colega Luiz Freire que tecesse ao senhor os comentários desse artigo, porque como nós temos estado juntos nessa caminhada no sentido de chamar atenção do que seria possível, e nessa ideia do possível eu incluo o TCU, quer dizer, não é que o TCU esteja errado, não é que o TCU seja inadequado, as conclusões inadequadas. É que aquelas são as conclusões possíveis perante o aparato legal e perante as restrições em que o TCU atua. Ele só pode chegar a indícios. Ele não tem como comprovar, como detalhar. Tudo isso precisaria ser feito com passos que eu pediria ao Dr. Freire que, Luiz Freire, o Engenheiro Luiz Freire de Carvalho, que comentasse para gente esses passos que estão contidos no artigo anterior e que depois farei questão de chegar às mãos da relatoria desta Comissão.

**SR. LUIZ RAYMUNDO FREIRE DE CARVALHO:** Bom, Senador, eu não tenho aqui em mãos o artigo também para lembrá-lo todo. Mas a grande questão está na questão do acompanhamento da obra.

As obras necessitam de gerenciamento. As obras... Exatamente através do gerenciamento se pode fazer aferição do preço na origem, através de uma metodologia correta, com toda a sua discriminação, com toda sua matriz de custo exposta, avaliada, de forma transparente, e durante a execução da obra a questão do gerenciamento. O gerenciamento é fundamental.

Ele vai acompanhar a obra durante todo o processo de execução até a sua finalização. Então, é simples... Entender esse processo. E eu acho que há tempos esse... A questão do gerenciamento já não existe mais no Brasil. Muitas empresas, inclusive, deixaram de atuar no mercado.

Então, obras de magnitude, obras complexas, até as obras de edificação, que tem um caráter mais especial, elas necessitam de um gerenciamento para se evitar qualquer questão dessa natureza.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Senador, o senhor me permitiria uma complementação ao que o Luiz Freire... Porque isso me parece ser muito importante.

Nesse sentido de fazer com que essas auditorias tenham maior acuidade, maior proximidade com a realidade das obras, não é mais possível trabalharmos com parâmetros prefixados, parâmetros que sirvam para qualquer obra, por exemplo, o BDI.



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE  
INQUÉRITO

Nós precisaríamos trabalhar com taxas variáveis de BDI, para compor um preço variável, onde as obras poderiam estar representadas. Então, o BDI. Isso é muito... Isso, eu diria para o senhor o seguinte: a comunidade técnica representativa dos vários segmentos da construção civil teria muita rapidez em fornecer informações fidedignas para a utilização dos órgãos de fiscalização e auditoria.

A outra questão diz respeito às tabelas de custo padrão. A Pini produz uma tabela de custo padrão. Só que a Pini entende que essa tabela de custo padrão é apenas uma referência para as obras. Ela não pode ser utilizada para determinar o preço final de uma obra, principalmente em se tratando de uma obra com complexidade de execução.

Então, o que nós sugerimos é que as tabelas de custo padrão sejam ajustadas do ponto de vista de contingências, de produtividade e produção. Isto já é sabido. Isso... Isso já está publicado no livro que nós editamos há 55 anos. Na página 44 existe um capítulo dedicado à variação da produtividade.

A literatura técnica também fala em variação da produção dos equipamentos em função de contingências de canteiro. Ora, não é a mesma coisa. Nós vimos uma escavadeira trabalhando em quatro situações. Não é a mesma coisa ela trabalhando num canteiro confinado, para escavar, digamos assim, a área... O volume de uma piscina, assim como não seria a mesma coisa ela escavando no meio urbano, digamos, o Largo da Batata em São Paulo, uma das regiões onde há maior circulação de pessoas, de trânsito, onde está sendo construída uma estação de metrô.

Então, essa máquina vai ser contingenciada, a produção dessa máquina é diferente. Não é a mesma coisa, eu não pude responder para o Dr. Alvaro Dias, não é a mesma coisa nós tratarmos de uma rodovia e quisermos transpor os indicadores dessa rodovia para uma obra de 22 milhões de metros cúbicos, com uma logística especial, com equipamentos absolutamente diferentes da execução de uma rodovia.

Então, existe uma medida de curtíssimo, médio prazo, exagerando médio prazo, que seria ajustes na tabela de custo padrão. Trabalhamos com BDI variável de segmentos de construtoras, por porte de construtoras, por tipologia de obras. Porque o BDI, ele é influenciado pelo contratante também.

E, finalmente, nós deveríamos buscar o desenvolvimento, naquilo que o Dr. Luiz Rreire nos comenta, que é fazer com que obras com essa envergadura tenham um gerenciamento independente. Esse gerenciamento tenha condições técnicas de contratar peritos, universidade, institutos de pesquisa, para não só aferir, mas também medir variações de preços, de

especificações nos orçamentos.

Então, nós... A nossa sugestão, nessa sua linha, em artigo já publicado há algum tempo, é nesse sentido. As tabelas precisam ser ajustadas, o BDI precisa ser variável e essas medidas são de curto e médio prazo. Esse médio exagerando. O de médio e longo prazo seria nós fazermos com que a legislação contemple informações que possam ser utilizadas pela auditoria.

Nós chamamos, inclusive, enfim, a auditoria ela ocorre depois que o fato... A auditoria acontece depois que o fato ocorreu. Era preciso que houvesse um agente que estivesse minimizando efeitos de fatos que ocorrem que vão impactar o preço final de uma obra.

Então, é nesse sentido que a gente quis comentar na sua questão que eu chamo de muito apropriada para esse momento.

Eu agradeço.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Senador Inácio Arruda.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Convidados, Srs. e Sras. Senadores.

Primeiro, acho que seria ilustrativo para todos nós, porque recebemos bastante material e corretamente do TCU, que nós pudéssemos também receber os artigos referenciados pelo Dr. Mário Sérgio, para fazer parte dos anexos aqui do relatório da CPI, porque é importante que a gente vá acumulando em relação a essas informações, tanto do TCU como de empresas que atuam no mercado brasileiro, na área de consultoria, de engenharia, e que têm um conhecimento muito grande, porque atuam diretamente na formação de preço, atuam fiscalizando as obras.

Então, tem um acúmulo que ajudaria aos Senadores a compreender o que significa as atribuições constitucionais do TCU e o que acontece nas obras, efetivamente. Porque é diferente. Quer dizer, o que ocorre é diferente.

E é exatamente nisso que eu quero me apegar, Sr. Presidente. Que a gente tenha os artigos, mas que a gente tenha, aqui na CPI, porque eu achei muito ilustrativo o depoimento dos senhores face ao depoimento também do TCU.

O TCU, ele faz um trabalho muito relevante, muito significativo. Não é por acaso que os constituintes abraçaram então o TCU, que poderia ter, naquela hora, os constituintes poderiam considerar da seguinte forma: tendo o Governo as suas próprias instituições, como tem uma instituição que é a Corregedoria Geral da União, que funciona quase nos mesmos termos do TCU, com auditores, com pessoal internamente, mas os constituintes



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

resolveram acolher o TCU como... Mantê-lo como órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Então, isso é muito importante. E deu atribuições constitucionais. Ocorre que a prática comum tem sido de pegar os indícios e concluir. Isso é o corriqueiro. Vira quase que furo jornalístico. O indício. E ao escandalizar o indício, você...

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Primeira página? Então, ao escandalizar o indício, você começa praticamente um processo. Porque entra em seguida a própria Procuradoria Geral da República, ou os procuradores nos estados, também respondendo atribuições que eles têm, constitucionais, que tem obrigação e dever, se há indício então o Ministério Público tem que agir. Não tem dúvida. E se esse indício indica que vai ter roubo, que vai ter desvio, que vai ter isso, vai ter aquilo, então mais ainda.

Então, acho que, hoje, a gente precisa ter esses esclarecimentos, acho que foram muito significativos, isso que eu gostaria que o senhor pudesse... Aqui não se trata de repetir. É a gente esmiuçar, explicar mais uma vez.

A repetição tem um significado pedagógico da gente compreender bem o que é a diferença entre você ter... Você ter o trabalho que formatou os preços, lá na origem, com base do projeto básico, você não tem nem o projeto de engenharia, que já é uma etapa seguinte, que pode alterar, que pode... O básico é a referência para o projeto de engenharia, o projeto técnico. É com isso que eu vou fazer o projeto técnico, de engenharia, para começar a obra.

Mas quando você vai fazer o projeto de engenharia, a noção que se tem com quem acompanha o que está acontecendo no Brasil, nos últimos anos, é que você pode encontrar realidades distintas que obriguem também você alterar esse preço por quantitativo. Eu imagino um pouco isso que o senhor quis explicar.

Então, acho que é preciso deixar muito claro. O trabalho feito pela Pini conclui, que não poderia então haver superfaturamento.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Exato.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Com base nesses indicadores não tem superfaturamento. Eu tenho essa margem de movimentação. Dentro dessa margem, o preço pode sair de 10 até 12 e sendo de 10 a 12 não tem superfaturamento, ela está contemplada. Isso não é superfaturamento, isso é a contingência que apresentou uma alteração que já estava prevista, já estava desenhada, ela podia alcançar. Ou pode sair de 12 para 10, diminuindo então o que seria o preço da obra.

Então, acho que você tem essa realidade que precisa ficar muito clara para quem está com a responsabilidade de fazer um relatório de uma CPI, de investigar, para quem está também acompanhando, porque ouve as explicações, aqui estamos nós, senadores e senadoras, mas nós também temos as pessoas que estão nos acompanhando, estão nos ouvindo, que está buscando compreender. E acho que a CPI está deixando muito claro isso.

Quer dizer, não queiram escandalizar. Porque não dá certo. Embora você cause um prejuízo de imagem para quem você quer atingir momentaneamente, mas as explicações vão chegar à conclusão de que isso era uma previsão que foi determinada, que foi objetivo do trabalho, que o cliente contratou.

O cliente não quer contratar uma empresa para deturpar o preço que ela vai ter que pagar. Seria uma coisa meio que... Meio que esquizofrênica [ininteligível] "Não, eu estou te contratando para tu chegar... Eu quero que seja um milhão." "Mas não dá. Só dá 300. Como é que eu vou chegar a um milhão? Seria impossível." E causa um prejuízo para você empresa.

Então, acho que é preciso que isso fique muito esclarecido. Que fique esclarecido também o problema da... Do uso sistemático da SICRO, da SINAPI, porque são metodologias muito distintas, diferentes. E que mesmo em obras de vias públicas, no caso o DNIT utiliza uma tabela, mas a mesma tabela usada pelo DNIT para construir uma estrada não pode ser transportada literalmente para construir um metrô. Ou um aeroporto. Não dá, está certo?

Então, essas particularidades que às vezes a gente já vai à conclusão final. "Ora, mas eu estava com base numa tabela, ou numa metodologia para fazer uma rodovia." Que é básico para a rodovia, mas, para chegar no metrô, os parâmetros são outros; numa obra de terraplanagem para sistema de transporte aéreo ou mesmo fluvial também é diferente. Vai ser muito diferente. Vão ser encontradas situações muito distintas daquela que você vai fazer uma rodovia.

E para a construção civil, então aí mais ainda, que é uma tabela que muito referenciada, que é uma tabela usada mais pela Caixa Econômica, que usa muito, lida muito com a área da construção civil. Mas quando você entra numa obra de macro-drenagem, que está literalmente ligada à Caixa Econômica e ao Ministério das Cidades, por exemplo, essa tabela da construção civil também não vai dar certo, por mais que você queira usar.

Então, você previamente utiliza esses dois modelos e evidente que você pode chegar a conclusões que não são as mais adequadas. E por isso que é possível dentro do TCU, como em qualquer outro, instância que está fazendo um trabalho de auditoria, você ouve as partes interessadas.

Então, chama a PETROBRAS, chama as empresas de consultoria que



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

trabalharam com a PETROBRAS para prestar as informações para o TCU. Quando essas informações se encontram, evidente que o relatório também dos Ministros do TCU se alteram. Tem ocorrido isso sistematicamente. Mas, publicamente você já foi condenado. Esse que é o problema. Acho que a gente precisa deixar isso claro.

E eu gostaria que o senhor explicasse. Não considere que é uma repetição, não, porque não é. É preciso deixar claro como é que foi encontrado o preço para a PETROBRAS, deixar claro essa diferença, que nós não estamos tratando da obra global aqui, de 40...

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Quatro.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** De 4 bilhões para 12 bilhões. Isso aqui é uma outra explicação que também já foi dada nessa CPI. Mas a gente repete como se tivesse a mesma coisa, que bota tudo no mesmo bolo, de 4 para 12, isso é um absurdo.

Então, cria um clima de suspeita inequívoca, estava comprando por 4 e agora o bicho virou 12? O que é isso? Então, essa explicação grosseira na verdade tem o objetivo de tumultuar a informação, de criar uma cortina de fumaça terrível para a informação.

Então, gostaria que o senhor pudesse nos esclarecer assim, para deixar bem claro, e por que vocês chegaram à conclusão de que não tem superfaturamento na parte da terraplanagem da obra da Abreu e Lima?

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** Perfeito, Senador Inácio Arruda.

O TCU, na medida do possível ele está, digamos, instrumentalizado com informações oficiais. Essas informações oficiais são SICRO e SINAPI.

Agora, cabe declarar aqui também que o TCU se utiliza de informações da Pini. Porque, às vezes, informações que são necessárias para os serviços de auditoria que ele presta, não são encontradas em nenhuma, nem outra tabela oficial, seja a legislação, seja a instituição propriamente dita, se valem de informações da Pini.

E o TCU, nesse sentido, é nosso cliente também. O que... O que nós... Eu começaria pela... Pela última... Pela última colocação nossa aqui. Nós precisaríamos fazer com que essas tabelas de custo padrão, onde eu incluo a Pini também, através desse livro, pudessem ser ajustadas, representando contingências de obra que pudessem afetar a produção de equipamentos, a produtividade da mão-de-obra e o consumo de materiais.

Seria necessário também fazer com que o TCU dispusesse de

informações sobre BDI por tipologia de obras e por porte de empresas construtoras.

E nós realizamos o nosso estudo de formação de preço por modelagem. Isto é, essa é uma obra de utilização de equipamentos. Nós vimos, me parece que mais de 60% do custo dessa obra se refere a custo de utilização de equipamentos.

Dessa... Dessa utilização de equipamentos decorrem todas as outras questões ligadas a essa obra. Eu vou ter operador de máquina, eu vou ter ajudante desse operador, eu vou ter encarregado, supervisor, eu vou ter o administrador geral do canteiro, o gestor técnico, vou ter pessoas ligadas às frentes de serviço. E eu preciso fazer o quê? Eu preciso alimentar essas pessoas. Eu preciso transportar essas pessoas. Eu preciso dar condições de higiene e segurança e medicina para todas essas pessoas.

Outra questão da maior importância, imaginem um canteiro que vai produzir em 19 meses a movimentação de 22 milhões de metros cúbicos. Isso é uma quantidade absurda. Para que o senhor tenha uma ideia, seriam... Seria um volume equivalente a sete mil quilômetros de valas. Quase duas vezes a volta no Equador, o que movimentou essa obra.

Então, dá para nós imaginarmos o que ela implicou de mobilização de engenharia logística. Quer dizer, que canteiro é esse para eu gerar alojamentos, áreas de alimentação, áreas para cursos, áreas de treinamento, se não me engano 15 minutos por dia os funcionários, em média, eles deveriam receber cursos. Eu devolveria uma pergunta... Uma pergunta para o senhor, só para simular, o senhor, evidentemente, não precisa me responder: o senhor acredita que tudo isso estaria numa tabela de custo padrão?

Então, é necessário... É necessário que se faça o cálculo de engenharia de custos de todas essas grandezas. Não há saída. Não tenho como orçar ou estimar essas grandezas por meio de percentuais e dizer que elas estão representadas. Eu, no máximo, como possibilidade, dadas as diferenças entre preços ou do certame licitatório ou do preço que eu cheguei com a utilização desse instrumental disponível, há indício de superfaturamento... Ou de sobrepreço, desculpe.

Aliás, essa é uma... É uma questão que nós precisamos tomar muito cuidado. O sobrepreço ele ocorre na origem. O sobrepreço é quando eu cobro além do mercado. O superfaturamento ocorre na execução da obra, por alguma razão fora de controle, ou por razões perfeitamente defendidas quando há variações dos quantitativos.

Então, nós... Para que o senhor tenha uma ideia, nós modelamos, digamos, os grupos de equipamentos que seriam necessários para executar essa obra e daí decorreu toda a mão-de-obra direta e toda a mão-de-obra



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO**

necessária para tomar conta dessa mão-de-obra direta, não foi por percentuais.

E mais, nós tínhamos, pela literatura técnica, variação na produção dos equipamentos. Ora, se um equipamento numa determinada circunstância é mais produtivo, ele produz mais e noutra menos, eu vou ter... Eu vou ter menos tempo de obra ou menos pessoas empregadas. Daí essa variação, essa variação entre 411 e 551.

O senhor poderia me perguntar: "Bem, e o preço de referência, como ele foi alcançado?" Com os preços de mercado.

Então, eu acho que com essa questão que o senhor levanta, eu acho que fica bem claro que não há como comparar a estimativa expedita de uma auditoria, com a estimativa de preços por formação de preço por modelagem. Não há como comparar.

Então, por isso que... Não só eu assino, a empresa em que eu trabalho leva o meu nome. É por isso que nós afirmamos categoricamente que não houve sobrepreço. E se nós desenharmos uma curva de, digamos assim, uma curva segura, é bem... Nós daqui, na origem, se forem praticados os valores ali encontrados, não vai haver superfaturamento. E mais, se houver variação de especificação, como o senhor mesmo relatou, ou variação de quantitativos, isso precisa ser negociado, com todas as questões que foram colocadas aqui. Mas em um momento isso precisa ser negociado.

É preciso que se retire dessa negociação toda a carga que foi colocada na modelagem. Veja, eu pus seguro saúde, saúde, treinamento... Provavelmente esses quantitativos vão estar expurgados de muitas dessas grandezas. Então, é por isso que precisa se negociar. Não é uma vontade deliberada do contratante querer baixar preços, tirar uma vantagem dessa situação. É uma necessidade ou é uma imposição da própria engenharia de custos.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Vamos à frente, Sr. Presidente. Satisfeito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Com a palavra o relator Romero Jucá.

**SR. RELATOR SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR):** Não, Sr. Presidente, apenas para concluir, eu estou extremamente satisfeito com o que foi apresentado hoje aqui.

Nós vimos o "X" da questão. O "X" da questão, o "X" da questão é formação de preço, com todo esse debate que surgiu a respeito dessa... Dessa obra no que diz respeito a... A toda... A todo o aterro.

O TCU usa um padrão que é a tabela SICRO e SINAPI, portanto um padrão pré-fixado. Nós temos do outro lado, que foi dito aqui pelo Dr. Sérgio Pini, com muita transparência, quer dizer, a modelagem de custos ela na verdade ela elenca uma série de diferenciais, quer no quantitativo, quer principalmente no custo unitário por conta de exigências, no BDI e nas despesas administrativas. Portanto, nós temos... A modelagem leva em conta uma série de outros fatores que efetivamente a tabela SICRO e SINAPI não levam.

Essa diferença ela é ampliada, quando se discute uma obra complexa como a obra da Refinaria, então eu, nesse aspecto, estou extremamente satisfeito, acho que nós temos dados para fazer o relatório.

Eu só peço à assessoria que reitere junto à PETROBRAS a solicitação das informações da questão da escavação e transporte do solo mole *versus* drenos fibroquímicos, aquela substituição, exatamente para que a gente possa fazer a comparação das alternativas de solução para algo que foi encontrado através do processo de execução da obra, que é exatamente o gerenciamento que foi falado aqui pelos técnicos.

Portanto, estou satisfeito, Sr. Presidente, e espero que essas informações serão acostadas ao relatório e espero que no relatório estejam claras para todos os membros da CPI.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Com a palavra V. Exa..

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS):** Presidente, Senador João Pedro, Senador Romero Jucá, relator, Mário Sérgio Pini, Luiz Raymundo Freire de Carvalho.

Eu infelizmente acabei chegando mais tarde, porque nós terminamos muito tarde um debate na Comissão de Assuntos Econômicos, hoje. Debate qualificado, como sempre fala o relator, Senador Romero Jucá, por iniciativa do Senador Dornelles, sobre pré-sal.

E hoje nós ouvimos aí a... Principalmente o pessoal do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. E foi um debate aprofundado sobre os projetos e, portanto, é muito importante para o Senado e acredito que outros vão se repetir e ele terminou muito tarde, Presidente, Senador João Pedro, e por isso é que eu só cheguei agora.

Mas eu gostaria de registrar, até porque já na semana passada nós tivemos uma excelente oportunidade de fazer... De discutir essa questão da Refinaria, das obras de terraplanagem, ou como alguns gostam de... Terraplanagem da Refinaria do Nordeste.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS):** E é importante



SENADO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DA MESA

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE

INQUÉRITO

destacar, Sr. Presidente, que eu entendo que houve uma discussão bastante proficua desse tema também, ouvimos os técnicos do TCU, ouvimos os gerentes da PETROBRAS, ficou muito clara... A maneira como ficou muito bem... Ficou muito bem esclarecida a forma como a PETROBRAS desenvolve esse projeto.

A questão dos preços, o valor da obra, a realidade internacional, as iniciativas da PETROBRAS no sentido inclusive de antecipar com os seus contratados, reavaliar com seus contratados e rediscutir preços muito antes até da... Do próprio Tribunal de Contas da União.

Os números mostram, à luz das referências que a PETROBRAS adota, que a obra está dentro dos preços compatíveis, está dentro das margens compatíveis com uma obra como essa, e, portanto... Sei que a Pini Engenharia, Serviços de Engenharia auxiliou a PETROBRAS também, auditando esses valores e também como consultores que são, se posicionando com relação a essa obra.

Eu só gostaria, como na sessão passada tentaram de certa maneira ou colocaram, relacionaram a Pini Engenharia a fatos pretéritos como o Tribunal Regional do Trabalho, e eu como não tive, cheguei muito tarde e então não pude... De São Paulo. E eu só pediria--

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Foi tratado.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS):** Eu sei, mas eu cheguei depois e, portanto, não ouvi. Eu só gostaria que o Dr. Sérgio Pini, sem maiores explicações, só para que nós, como membros da CPI da PETROBRAS tenhamos conhecimento, o currículo da Pini Serviços de Engenharia. Quais os serviços que ela já prestou em várias áreas, até para mostrar que é uma empresa idônea, acho que isso aí é importante.

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** No início da nossa apresentação, Senador Delcídio, nós apresentamos que a Pini ela realiza inúmeras atividades interligadas, todas elas de prestação de serviços para o setor da construção civil.

Difusão de informação e de conhecimento, pesquisas de mercado, formação de conhecimento, geração de conhecimento, e nós estamos nos... A produção de *softwares* e plataformas de apoio às atividades do engenheiro, do arquiteto e do construtor. São quatro frentes de trabalho.

Dentro da nossa área, que é a Pini Serviços de Engenharia, nós temos três áreas fundamentais. Uma área chamada custo-tempo, onde nós...

Geramos ou participamos da geração de base de dados para um grande número de órgãos públicos que querem aferir melhor os seus preços.

Então, os nossos contratos são... Como se nós realizássemos um TCPO para cada órgão público e fizéssemos a atualização desses preços com uma determinada frequência. Para o senhor ter uma ideia, a CONESP, hoje, FDE, foi cliente desse tipo de serviço durante mais de 20 anos da Pini. Ou seja, ela confiou a sua base de dados à Pini, para que nós a atualizássemos, para que nós a colocássemos em formato de uso pelo próprio contratante, para regular todas as licitações de construções escolares do Estado de São Paulo. Mais de 20 anos significa mais de quatro governos no Estado.

Por força de lei, a atualização agora passou a ser da FIPE, já há algum tempo atrás. Então, eu diria que serviços dessa natureza e hoje nós prestamos esse tipo de serviço para a Nossa Caixa Nosso Banco, para a SANASA de Campinas e para outras organizações, eles compõem a nossa... A nossa frente de trabalhos que denominamos custo-tempo.

Existe uma outra frente de trabalho que é a gestão de contratos. Na gestão de contratos nós nos colocamos à disposição do mercado para certames licitatórios, ou seja, colocamos a nossa experiência para que as concorrências sejam colocadas, desculpe, as licitações sejam apresentadas ao mercado de uma forma mais correta do ponto de vista de formação de preço, para que não haja confusão. A administração local vai para o BDI ou vai para custo direto, por exemplo? E confusões ou discussões quase que intermináveis, que a gente busca estabelecer uma diretriz normalizada caso a caso.

Outra questão importante são os pareceres dentro dessa questão de gestão de contratos. Esses pareceres eles são de diferentes naturezas; às vezes de formação de preço, às vezes de composição de preços.

E, finalmente, na... Nós estamos desenvolvendo aquilo que a gente chama uma plataforma que certamente vai interessar muito aos órgãos públicos de um modo geral, e principalmente a um país já urbanizado como o Brasil, que é a nossa plataforma de gestão de manutenção de ativos.

Então, órgãos públicos, como por exemplo o Banco do Brasil, que tem mais de 5 mil agências espalhadas por todo o território nacional, vai ter apoio para gerir a manutenção dessas 5 mil agências. De obter economias com a gestão dessas... Dessa plataforma. Ainda este ano esperamos lançá-la no mercado.

Compõe os nossos clientes de pareceres técnicos, de serviço custo tempo, bancos, órgãos públicos, construtores, contratantes. O próprio BNH já foi nosso cliente, no passado. Ele não é citado simplesmente porque deixou de atuar diretamente no mercado. Mas o BNH, para que o senhor tenha uma ideia, através de uma reunião que ele promoveu, unindo, ligando todas as



**INQUÉRITO**

diretorias que estavam sob a Presidência do BNH e a Pini, eles fizeram análise para que nós desenvolvêssemos o *software* chamado *Volare*, que já tem mais de 20 anos de mercado, mais de seis mil usuários ativos, inclusive o próprio TCU é usuário desse *software*.

Então, é essa a nossa atividade, é com isso que a gente alcança diálogo com qualquer área do setor da construção. É com isso que a gente alcança o interesse de várias... Vários agentes do setor da construção, e que temos mantido a nossa imagem e a perspectiva de apostar no setor, apostar no desenvolvimento do setor e, conseqüentemente, da nossa sociedade.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS):** V. Sa. citou que o Tribunal de Contas da União também utiliza informações da--

**SR. MÁRIO SÉRGIO PINI:** O *Volare*. O *Volare*. E ele está "autorizado"... Desculpe, esse autorizado entre aspas, por favor, não é nenhuma conotação. Ele... A legislação permite que na ausência da... Digamos, da disponibilidade de informações SICRO e SINAPI, o TCU poderá realizar o seu serviço de auditoria utilizando preços Pini de mercado.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS):** Ok.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Senador Antônio Carlos.

**SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):** Só uma ligeira intervenção. Eu só queria aqui ressaltar o papel do TCU, do Tribunal de Contas da União, independente das questões que foram tratadas aqui, digamos, a forma, a lisura e a maneira eficiente com que ele trabalha.

Ele é órgão auxiliar do Congresso, ele tem sua função própria, não há choque da função dele com a atuação da Pini, tem um outro evoque, não tem, não há nenhuma... Não há nenhum choque entre os dois, queria ressaltar isso para também não ficar parecendo que o TCU poderia estar errado. Ninguém errou. Não houve erro de ninguém.

O TCU teve uma outra maneira de enfocar, o trabalho dele é outro. O trabalho da Pini é o trabalho no início, para formar preço, para licitação, para orçamento, e o TCU faz o acompanhamento. Então, é importante ressaltar o trabalho do TCU, que é um órgão auxiliar do Congresso e órgão da maior seriedade.

Isso é fundamental que fique claro e sem demérito nenhum da Pini, mas é importante deixar claro que o TCU cumpriu a sua função e que no momento que ele levantou indícios de superfaturamento, inclusive porque o preço também aumentou muito.

Então, isso já foi debatido, a questão dos quantitativos, mas de qualquer maneira, é bom ressaltar a importância e o trabalho absolutamente correto do TCU.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Ok.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS):** Só um registro. Acho que o Senador ACM Júnior, ele confirmou exatamente o resultado da reunião passada. Os técnicos do TCU foram extremamente equilibrados e isentos na análise.

Agora, ficou demonstrado aqui a dinamicidade de um projeto como esse. Nós não fazemos refinaria há mais de 30 anos. As medidas que a PETROBRAS tomou antecipadamente, até para buscar preços cada vez mais competitivos e compatíveis com as práticas internacionais.

E acho que isso ficou muito bem entendido, até pela interação que naturalmente já existe entre o TCU e a PETROBRAS, e, mais do que nunca, a importância que o TCU tem como o nosso... A instituição, o nosso órgão fiscalizador, que orienta o Congresso Nacional, e sempre dentro desse espírito, de discutir, levar à exaustão o debate, chegar em números que efetivamente correspondam àquilo que as boas práticas de engenharia determinam.

E acho que nós nessa CPI estamos chegando a essa conclusão.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** A própria... Num aparte.

**SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS):** Botando a bola no chão, mostrando que as coisas são... Não podem... Não são tão maquiéistas como foram colocadas, muito pelo contrário, há uma interação forte da PETROBRAS com o Tribunal de Contas. Isso é bom para o Brasil e bom para o Parlamento, que dispõe de um órgão competente como o TCU.

**SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):** Que foi demonstrado aqui pela própria PETROBRAS, em seus primeiros depoimentos, a relação PETROBRAS-TCU. Muitos dos termos e das modelagens, etc, foram ajustadas já com o TCU. O que não impede que ela audite posteriormente. Não impede.

No caso da obra de interligação de bacias, no Nordeste, também esse processo foi todo... Praticamente tratado passo a passo com o TCU. Mostrando a importância do órgão, seu significado.

O que não se pode concluir de que no caso da auditoria, na obra em curso, os indícios sejam transformados em conclusões. Essa que é a diferença. É como você, numa linguagem, já que se tratou muito de mercado, uma



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE**  
**INQUÉRITO**

linguagem de mercado, é como você vende o produto.

Você vende o produto de um jeito... Pode ser outro. Então, você se antecipar nas conclusões é que eu acho que... Acho que o Sérgio e acho que também o Luiz trataram um pouco disso, se antecipar nessas conclusões é que você pode causar um prejuízo ao entendimento não só dos senadores, dos deputados, como também da opinião pública em relação a uma obra importante para o Brasil, que é a construção da Refinaria Abreu e Lima.

Eu estou na expectativa de que a gente comece a terraplenagem é da Refinaria do Ceará, o mais rápido possível. Que está bastante atrasada por conta, aí não do TCU, mas por conta das exigências, também constitucionais, que a responsabilidade aí no caso é do Ministério Público, de proteger as nações nativas, que nós estamos numa pressa enorme, mas esbarramos também atribuições constitucionais que tem o Ministério Público, que está cumprindo corretamente a sua obrigação e o seu dever.

Acho que tanto o TCU como o Ministério Público cumprem corretamente o seu dever. O problema é quem quer fazer as conclusões. Aí é diferente. Aí nós temos que tratar de uma outra maneira, mas acho que muito importante o trabalho do TCU e achei muito importante as explicações do TCU na semana passada e essas que foram dadas agora, para o esclarecimento das pessoas que estão lá nas suas casas, ouvindo aqui, e apreensivo com os empreendimentos que ocorrem no Brasil. Porque querem o Brasil pisando mais no acelerador e, às vezes, fatos dessa natureza impedem que a aceleração seja adequada para as necessidades do Brasil.

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Ok, Senador Inácio Arruda. Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a realizar-se no dia 22/09, às 14 horas.

Nós vamos fazer a discussão sobre patrocínios, com a presença do Diretor... Do Diretor...

**SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):** Santa Rosa. Dr. Wilson Santa Rosa, e Gerente, que tratam da publicidade.

Eu quero agradecer a presença do Sr. Sérgio, Mário Sérgio, e do Sr. Luiz Freire.

Muito obrigado.

---

*Sessão encerrada às 16h51.*

Senador João Pedro  
Presidente